

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: ZFM tem maior queda industrial, diz IBGE

Veículo: Acrítica

Data: 10.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Últimas

Página: A7



LÍVIA ANSELMO

online@acritica.com

O Amazonas foi o estado com a maior queda na produção industrial de agosto a setembro de 2018, segundo análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os responsáveis diretos por essa queda foram os números negativos apresentados pelos polos de impressão e reprodução de gravações, polo de fabricação de máquinas e equipamentos, polo de produção de aparelhos e materiais elétricos e produtos derivados de petróleo e biocombustíveis. Além disso, produtos de borracha e material plástico e equipamentos de informática e eletrônicos também tiveram desempenho negativo.

Entre as atividades industriais que apresentaram os números negativos, a maior delas foi a impressão e reprodução de gravações, onde são feitos os discos de vídeo-DVD. A variação percentual que em julho deste ano era de 1,4% chegou, em setembro, a -70,2%.

Logo em seguida, aparece a fabricação de máquinas e equipamentos como ar condicionados de parede, split e central. Nesse setor, a queda foi de -31,1% variando dez pontos negativos quando comparado com agosto de 2018 que tinha -21,7%.

A fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos



Polo de discos e DVD's foi o principal responsável por puxar o Amazonas para queda na produção industrial segundo pesquisa

que incluem disjuntor, chicotes, microondas, alarmes e baterias registrou o terceira maior variação no ranking do IBGE. Desde julho, o setor se mantém com números negativos variando de - 24,1 para -29,7%.

Em quarto lugar no ranking de quedas, aparece a fabricação de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis (nafta, óleos diesel e combustível, gasolina e gás GLP). Apesar de ainda aparecer em baixa e ajudar no posicio-

Positivo

Apenas dois setores apresentaram números de produção industrial positivos. O polo de fabricação de outros equipamentos de transportes, exceto veículos automotores, que teve variação de 8,4%. Comparando com os meses anteriores, o setor também esteve em queda já que em julho apresentou 37,1% e agosto 30,1%.

namento do Amazonas com a maior queda, o polo de derivados de petróleo variou de -57,1% em agosto para -27,1% em setembro. O número permaneceu negativo mas apresentou uma melhora.

A fabricação de produtos de borracha e de material plástico saiu de -28,4% em julho para 20,4% em setembro. Na fabricação de equipamentos de informática e produtos eletrônicos ópticos, o Amazonas apresentou uma variação de -14% para -11%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC LEVA DISSEMINAÇÃO DO BIM PARA BELÉM E AVANÇA NO ESTÍMULO AO SEU USO PELAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Veículo: CBIC Mais

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: on-line

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_164.pdf

CBIC LEVA DISSEMINAÇÃO DO BIM PARA BELÉM E AVANÇA NO ESTÍMULO AO SEU USO PELAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

EM ENTREVISTA, A GESTORA DOS PROJETOS DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA ENTIDADE, RAQUEL SAD SEIBERLICH, TRATA DA IMPORTÂNCIA DE DEMOCRATIZAR A FERRAMENTA

Henrik Daank



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em parceria com o Sinduscon-PA e correalização do SENAI Nacional, realiza em 12 de novembro mais um seminário de disseminação do Building Information Modelling, o BIM, em Belém (PA). O evento tem como objetivo apresentar esse conjunto de processos aos empresários e profissionais do setor, com vistas a fomentar a democratização da ferramenta.

A gestora dos projetos de inovação e tecnologia da CBIC, Raquel Sad Seiberlich Ribeiro participará do evento. Em entrevista, ela enfatiza a importância de divulgar

o BIM e as vantagens que pode trazer para o setor de construção. "Convido os interessados no tema a estarem conosco no workshop, pois teremos uma oportunidade de aprofundar estas e outras importantes questões e de debater com experientes palestrantes a atualidade e o futuro desta inovação", diz.

Quais são as suas perspectivas para o evento em Belém? Que desdobramentos podem ser esperados?

Raquel Sad Seiberlich - O objetivo da CBIC com este trabalho é democratizar a informação, sensibilizar a Indústria da Construção da região e provocar, por meio das entidades locais, a criação de um fórum permanente de discussão, disseminação do conceito e mobilização das partes interessadas para a efetiva implementação dos processos BIM no estado do Pará.

Com a chegada da Indústria 4.0, a senhora considera imperativo implementar de imediato o BIM nos Estados? Qual é a realidade das regiões nesse aspecto?

R.S.S - Considero que temos um caminho desafiador pela frente, levando-se em conta os saltos que a indústria da construção precisa realizar para absorver as potencialidades da indústria 4.0. Precisamos industrializar nossos sistemas construtivos, implementar os conceitos de cadeia de valor na nossa indústria e provocar o aumento da cultura de inovação em nossas lideranças. O sucesso desta caminhada dependerá de ações complementares por parte da iniciativa privada, governo e academia. Os processos BIM estão contidos nestes caminhos, sendo porta de entrada para a digitalização da construção.

Referente à realidade de cada região, como em prati-

camente todos os aspectos da indústria, temos uma grande diversidade nos Estados e até municípios em relação à adoção do BIM. O projeto de Disseminação do BIM, parceria da CBIC com o SENAI Nacional, iniciado em 2015, tem como principal objetivo a democratização do tema nacionalmente. Entre as ações, estão contidas a elaboração da Coletânea de Implementação do BIM para Construtoras e Incorporadoras, disponível gratuitamente no site da entidade, e a realização deste workshop, que já foi realizado em diversos estados do país, sendo o Pará o 16º. E teremos continuidade desta ação, pois temos solicitações que não conseguimos atender e estamos programando para 2019.

Qual seria o nível de importância e grandeza dessa ferramenta hoje para o desenvolvimento da construção civil?

R.S.S - Alto nível de importância e de grande abrangência para o desenvolvimento da Indústria da Construção, considero. Destaco dois aspectos principais para isto: a implementação dos processos BIM tem em seus princípios a colaboração entre as partes envolvidas e o planejamento sistêmico, que devem resultar em aumento da qualidade e precisão. Na indústria nacional, temos

oportunidades ainda maiores do que em outros países, pois temos necessidades de melhorias ligadas a estes e a outros processos de gestão, que vem "a reboque" em um processo de implementação do BIM nas empresas.

Qual a projeção de prazo para a absorção satisfatória pelo setor da construção em âmbito nacional?

R.S.S - Nos últimos dois anos, está nítido para a CBIC o aumento da movimentação em torno do tema, tanto pelo interesse e ações da iniciativa privada quanto do governo em suas diversas esferas. Destaco a iniciativa do governo federal, que mobilizou desde outubro de 2017, mais de 100 representantes dos diversos ministérios, da Indústria da Construção e academia, em um intenso trabalho, que culminou em maio deste ano, com o lançamento da Estratégia Nacional para a Disseminação do BIM e a publicação de um decreto instituindo um grupo interministerial para continuidade e execução do planejamento estratégico elaborado no referido trabalho. A relevância deste movimento refletiu nacionalmente e tem provocado desdobramentos a curto prazo, pois tem o primeiro marco já em 2021, com a obrigatoriedade do uso do BIM para determinadas contratações de obras públicas.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC REALIZA III SEMINÁRIO JURÍDICO PARA DISCUTIR O IMPACTO DO PODER PÚBLICO SOBRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL E MOBILIZA INTELLECTUAIS DO DIREITO EM CURITIBA

Veículo: CBIC Mais

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: on-line

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_164.pdf

CBIC REALIZA III SEMINÁRIO JURÍDICO PARA DISCUTIR O IMPACTO DO PODER PÚBLICO SOBRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL E MOBILIZA INTELLECTUAIS DO DIREITO EM CURITIBA

ORGANIZADO PELO CONSELHO JURÍDICO (CONJUR) DA ENTIDADE, EVENTO RECEBE
MAIS DE 100 PARTICIPANTES INSCRITOS NA SEDE DO SINDUSCON-PR



Mais um passo na consolidação de um espaço para a construção do diálogo e troca de conhecimentos que tragam segurança jurídica e previsibilidade para o mercado imobiliário e a construção civil. Com esse objetivo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realiza hoje (9) seu III Seminário Jurídico avançando na busca de fomentar um melhor entendimento pelo Poder Judiciário. Organizado pelo Conselho Jurídico da CBIC em conjunto com o Sinduscon-PR e a Ademi-PR, o evento foi aberto às 9h Auditório do Sinduscon Corporate, em Curitiba-PR, tendo como tema central O impacto da interferência do Poder Público na atividade empresarial. "Vamos debater assuntos com grande impacto sobre as nossas empresas", avaliou Sérgio Crema, presidente do Sinduscon-PR. "O Brasil vive crise atrás de crise e não podemos mais simplificar o manejo dos problemas. É preciso ir fundo, buscar as causas para reverter os problemas", disse José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Também estiveram na abertura o presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná (ADEMI-PR), Jacirlei Soares Santos, e o presidente do CONJUR/CBIC, José Carlos Gama. Com patrocínio master da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e apoio da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR) e do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM), o III Seminário Jurídico mobilizou empresários e profissionais Construção Civil e do mercado imobiliário, advogados, magistrados, promotores e procuradores. Em entrevista exclusiva ao **CBIC Mais**, José Carlos Gama faz um balanço do evento. Para o presidente do CONJUR/CBIC, distrito e reforma trabalhista são dois dos temas mais importantes dessa edição. Leia os principais trechos da conversa — a cobertura completa você verá na próxima edição do CBIC Mais:



O Seminário Jurídico da CBIC alcança sua terceira edição. Qual a importância do evento para o setor?

José Carlos Gama — O Seminário Jurídico do Conselho Jurídico da CBIC tem como tema principal Construindo o Direito, que é uma forma de a CBIC dialogar com o Poder Judiciário. No nosso seminário virão ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos tribunais regionais federais, desembargadores dos tribunais de justiça para dialogar e trocar ideias com o mercado imobiliário para que possamos, cada dia mais trazer segurança jurídica, um dos pontos fundamentais para a garantia do negócio imobiliário.

Que balanço faz dos debates travados até aqui e qual sua expectativa para os painéis dessa edição?

J. C. G. — No seminário que realizamos em Macelió tratamos da desconsideração da personalidade jurídica. No seminário de Salvador, tratamos do tema macro insegurança jurídica. Nesse terceiro, vamos falar da interferência do poder público na atividade empresarial. Em quatro temas, tributário, trabalhista, cível consumidor e constitucional administrativo; nós vamos discutir assuntos que hoje afligem o mercado imobiliário e a construção civil. Um ano depois da reforma trabalhista, efetivamente, a lei foi ou não um sucesso? Com relação à área tributária, é possível o Fisco municipal, estadual e federal fazer a averbação da penhora do seu bem mesmo sem ter levado a justiça? Assuntos como esse serão tratados e dialogados, com respeito, pelo mercado imobiliário e os representantes do Poder Judiciário.

Quais os temas mais importantes, especialmente no momento em, que a indústria da construção sinaliza

preocupação com segurança jurídica e previsibilidade para empreender?

J. C. G. — O principal tema será o distrato, em que estamos resolvendo no campo do Legislativo, em que o Projeto de Lei 068 da Câmara foi aprovado essa semana na Comissão de Assuntos Econômicos e deverá ser levado ao plenário do Senado na próxima semana, e vamos dialogar, agora, também com o Poder Judiciário. A lei vai resolver os casos daqui para a frente, o futuro; e o passado? Nós precisamos mostrar ao Poder Judiciário as peculiaridades existentes no mercado imobiliário, principalmente das incorporações, para evitar que o distrato provoque o desequilíbrio econômico-financeiro dos negócios, como vem ocorrendo.

Distrato e reforma trabalhista são temas que ainda geram dúvidas. Qual a expectativa com o diálogo que será realizado nesse seminário?

J. C. G. — Como sabemos, a segurança jurídica não se consegue em um estalar de dedos. É preciso que esse diálogo seja constante e permanente. O que nós estamos fazendo é plantando a semente. Que essa semente germine em solo fértil para que os resultados possam ser efetivamente alcançados. E nós já conseguimos alcançar. Na peregrinação que temos feito nos Estados, temos conseguido ter nos tribunais de justiça questões que vinham sendo julgadas contra o setor e contra a legislação. Através de um trabalho educativo, conseguimos mostrar aos juizes e desembargadores toda a problemática do mercado imobiliário e, na incorporação, quando há um distrato, não podemos privilegiar o direito individual daquele consumidor insuficiente, que infelizmente se tornou inadimplente, versus o dos demais compradores, também consumidores que precisam receber o seu imóvel a tempo e a hora.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Como a taxa Selic influencia a venda de imóveis

Veículo: EXAME

Data: 12.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Comunicação Corporativa

Página: on-line

Link: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/como-a-taxa-selic-influencia-a-venda-de-imoveis/>

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Como a taxa Selic influencia a venda de imóveis?

Por **Dino**

© 12 nov 2018, 07h53



Os juros muitas vezes são vistos como vilões. Porém, com disciplina e planejamento, os eles podem fazer diferença positiva, principalmente quando se fala em um investimento a longo prazo. De maneira geral, ainda não compõe a cultura do brasileiro utiliza-lo à favor: segundo pesquisa realizada pela Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) 99,4% dos brasileiros não conhece o conceito de juros compostos.

O que traz o controle dos juros no Brasil é Taxa Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Trata-se da taxa básica de juros, onde todos os bancos do Brasil de baseiam. Esta taxa, que hoje gira em torno de 6,5%, é utilizada tanto em títulos federais de investimento quando em empréstimos. Por sua ambiguidade, acaba por influenciar o valor de muitos serviços.

Quais são os setores que sofrem impactos?

Diversos setores possuem valores definidos pela Selic: câmbio, crédito, investimentos, setor produtivo e até mesmo a inflação. Com diferentes resultados, determinados nichos pedem atenção e demonstram melhor momento. Investimentos e crédito, por exemplo, podem trazer uma grande rentabilidade graças à baixa da taxa.

Taxa Selic x Compra de imóvel

A Taxa Selic impacta diretamente no valor de um imóvel. “É importante entender o que a Taxa Selic pode implicar. Ela está com seu menor valor desde que criada e isso reflete diretamente no mercado imobiliário a partir do momento em que se fala de formas de pagamento”, diz Nicolai Besse, diretor de Novos Negócios da Promoval Incorporadora (www.promoval.com.br). “Quando se reitera o cenário, entende-se que o conjunto destes acontecimentos refletirá diretamente no aumento da procura de imóveis”, complementa Nicolai.

Isso acontece porque um imóvel se refere a um bem de alto valor e por conta disso, a venda se torna sensível ao crédito. Com medo que as taxas aumentem e, consequentemente, juros em financiamentos, muitos se dispõem a maiores negociações para aproveitar a boa condição de compra.

Vale a pena financiar ou comprar à vista?

É fato que se trata de um bom momento para aquisição, independentemente da maneira escolhida – seja à vista ou parcelado, os reflexos serão juros baixos e melhores condições. Isso pode acabar por compensar ainda mais quando se fala no financiamento a longo prazo.

Com diversas opções de financiamento, é possível encontrar o que melhor se adeque nas condições e valores do imóvel escolhido.

Primeiro passo para a casa própria

A Promoval Incorporadora é conhecida no mercado imobiliário por sua excelência e pelos critérios de qualidade agregados aos serviços que oferecem.

Com sede em Vinhedo, no interior do estado de São Paulo, a Promoval direcionou seu foco para a construção, com produtos a preços acessíveis. Para mais informações, acesse www.promoval.com.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: EMPRESAS TEM ATÉ O DIA 30 NOVEMBRO PARA CONTESTAR O SEU FAP

Veículo: CBIC Mais

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: on-line

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_164.pdf

EMPRESAS TEM ATÉ O DIA 30 NOVEMBRO PARA CONTESTAR O SEU FAP

CLOVIS QUEIROZ, consultor da CBIC

Divulgação



A Portaria nº 409, de 20 de setembro de 2018 (DOU 21/09/18) do Ministério da Fazenda, concedeu o prazo de 30 (trinta) dias a contar de 1º de novembro de 2018, para que empresas interessadas, contestem por meio de formulário eletrônico, os dados do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) atribuídos aos seus estabelecimentos.

O FAP é um flexibilizador individual da contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILL-RAT), anteriormente conhecido como Seguro de Acidente do Trabalho (SAT). O GILL-RAT incide mensalmente sobre a folha de pagamento do estabelecimento econômico (indústria, comércio, saúde, serviços etc), por meio da majoração ou mitigação dos valores de 1%, 2% ou 3%, que as empresas estão obrigadas a recolher, segundo a CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica – da empresa. O FAP é um multiplicador que varia entre 0,5 e 2,0, num intervalo contínuo, podendo fazer com que o GILL-RAT recolhido mensalmente pelo estabelecimento dobre ou seja reduzido pela metade. É o que denominamos de bônus-malus.

CONTESTAÇÃO DO FAP:

O FAP atribuído aos estabelecimentos (CNPJ completo) pelo Ministério da Fazenda poderá ser contestado perante a Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS), da Secretaria de Previdência (SPREV), exclusivamente por meio eletrônico, através de formulário que está disponibilizado nos sites da Previdência e da Receita Federal do Brasil. (<http://www.previdencia.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/politicas-de-prevencao/fator-acidentario-de-prevencao-fap/>)

A contestação deverá tratar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP.

Os dados do FAP contestados deverão ser devidamente identificados, conforme incisos abaixo, sob pena de não conhecimento da contestação:

I - Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT - seleção das CATs relacionadas para contestação.

II - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação.

III - Massa Salarial - seleção da(s) competência (s) do período-base, inclusive o 13º salário, informando o valor da massa salarial (campo "REMUNERAÇÃO" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

IV - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competência(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos (campo "EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

V - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões (campo "MOVIMENTAÇÕES" - GFIP), admissões (campo "ADMISSÃO" - GFIP) e de vínculos no início do ano (campo X GFIP competência) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera corretas ter declarado em GFIP para cada ano do período base selecionado.

(*) Códigos das MOVIMENTAÇÕES considerados no cálculo: II e I3.

(**) Códigos das ADMISSÕES das categorias considerados no cálculo: 1, 2, 4, 7, 12, 19, 20, 21 e 26. § 3º Ainda sob pena de não conhecimento, qualquer referência aos elementos contestados deverá identificá-los pelos seus respectivos números: CAT (número da CAT), benefícios, trabalhador (número do NIT).

O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido pela empresa no período de 01 de novembro de 2018 à 30 de novembro de 2018.

O resultado do julgamento proferido pela Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS) será publicado no Diário Oficial da União (DOU), e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da Receita Federal do Brasil (RFB), com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

O processo administrativo de contestação do FAP tem efeito suspensivo, o qual cessará no momento de findado todo o processo administrativo (contestação + recurso).

APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DESFAVORÁVEL A EMPRESA:

Da decisão proferida pela Subsecretaria do Regime

Geral de Previdência Social (SRGPS) caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

O recurso deverá ser encaminhado através de formulário eletrônico, que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da Receita Federal do Brasil, e será examinado em caráter terminativo pela Secretaria de Previdência (SPREV). Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de contestação em primeira instância administrativa.

O resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Previdência (SPREV) será publicado no Diário Oficial da União, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da Receita Federal do Brasil, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

O efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Previdência (SPREV).

PROPOSIÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL PELA EMPRESA

A propositura, pelo empresa, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual trate o processo administrativo de contestação dos dados do FAP, importará em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e a desistência da impugnação interposta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Feira do Polo Digital de Manaus aborda tecnologia e inovação em 1ª edição

Veículo: G1

Data: 12.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Amazonas

Página: on-line

Link: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/11/12/feira-do-polo-digital-de-manaus-aborda-tecnologia-e-inovacao-em-1a-edicao.ghtml>

Feira do Polo Digital de Manaus aborda tecnologia e inovação em 1ª edição

Evento, que será entre os dias 27 e 29 deste mês, no Studio 5, está com inscrições abertas. Futuro ministro da Ciência e tecnologia será palestrante.

Por G1 AM

12/11/2018 11h38 · Atualizado há 4 horas



Astronauta e futuro ministro, Marcos Pontes será um dos palestrantes do evento — Foto: Eliana Nascimento/G1 Amazonas

De 27 a 29 de novembro a capital do Amazonas reunirá as empresas que desenvolvem o que há de mais avançado em tecnologia e inovação na região, na 1ª Feira do Polo Digital de Manaus. O evento será realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico (CODESE Manaus) e sua Câmara de Tecnologia e Inovação, com patrocínio do Instituto de Ciência e Tecnologia (Sidia), no Studio 5, zona sul.

As inscrições, que são gratuitas, podem ser feitas no [site oficial do evento](#).

A feira vai expor iniciativas locais e trará convidados que são expoentes em suas áreas no Brasil e no mundo. O objetivo do evento é discutir os incentivos para a indústria 4.0 do Polo Industrial de Manaus (PIM), aplicação de recursos de P&D e demonstrar diversas soluções inovadoras de tecnologia da informação por meio de exposição de startups, empresas de produtos/serviços de tecnologia da informação, ICTs (Institutos de Ciência e Tecnologia) públicos e privados, além de instituições de ensino superior.

Conforme Euler Guimarães, que é membro do conselho deliberativo do CODESE e integrante do comitê de governança do evento, o evento será o cenário ideal para compartilhar informações sobre o desenvolvimento de tecnologia feita em Manaus

"Será o momento para incentivar negócios, expor ideias e produtos em desenvolvimento, possibilitar interações entre protagonistas da área de Pesquisa & Desenvolvimento da região, além de disseminar avanços técnicos e experiências bem-sucedidas de forma a melhorar a integração de Manaus com o cenário global de tecnologia e inovação", destaca.

Outro objetivo da feira é fomentar, de forma massiva, a ampliação da formação na área tecnológica.

"Nos três dias de evento, durante as palestras, painéis e oficinas, serão discutidas ações e ideias para atrair pessoal qualificado, sobretudo doutores. O número de profissionais ligados à tecnologia é insuficiente no Amazonas e nós vemos que já há um polo digital muito forte na região, inclusive, esse é um tipo de segmento com tecnologia limpa, o que combina com a Amazônia sustentável sobre a qual tanto falamos e defendemos", ressalta Edleno Moura, coordenador da Câmara de Tecnologia e Inovação do CODESE.

Programação e convidados

A feira contará com o Espaço Sebrae, onde serão efetivadas, além de Rodadas de Negócios, palestras sobre economia digital para empreendedores iniciantes e consolidados. Também são esperados empreendedores inovadores, aceleradoras, incubadoras, entidades públicas e privadas, IES (Instituições de Ensino Superior), técnicos, professores, pesquisadores, estudantes e convidados especiais nacionais e internacionais.

O evento terá palestras técnicas de vanguarda, oficinas de desenvolvimento, maker, negócios inovadores e desafios computacionais. Entre os destaques estão "Desafio Computacional Manaus CodeWar", "Introdução ao Desenvolvimento Android" e "Workshop de Impressão 3D".

Entre os expositores confirmados estão o Sebrae, Cesar, Agência de Fomento do Amazonas (Afeam), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Uninorte Laureate, Sídia, Certi Amazônia, InfoStore, Grid Tecnologia, Centro de Tecnologia do Amazonas (Cetam), Samsung Ocean, Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (INDT). Também estão presentes startups como Méliuz, Teewa, Dreamkid Studio, Linx, Trocados, Buritech, Residuum, Flying Saci.

Entre os palestrantes confirmados estão o futuro ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, Marcos Pontes, Nivio Ziviani, Jong Lee, Pierre Lucena, Camila Farani, David Wise, André Souza, Jama Jurabaev, Per Axbom, Renato Mancuso, Johnny Spinelli, Alexandre Kikuchi e outros que contribuem com a disseminação de tecnologia, inovação e empreendedorismo inovador no Brasil e no mundo.

CODESE Manaus

O objetivo do conselho é contribuir com o planejamento da capital em 20 anos, em conjunto com a sociedade civil organizada e o poder público.

A entidade surgiu a partir do projeto 'O Futuro da Minha Cidade (FMC)', uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) que está em desenvolvimento em 23 cidades do País, incluindo a capital do Amazonas.

O CODESE Manaus é inspirado no CODEM – criado na cidade de Maringá, Paraná, em 1996, para planejar o município. A ideia surgiu com Silvio Barros, ex-prefeito de Maringá.

As discussões para a implantação do projeto na capital começaram em 2016 com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (ADEMI-AM).

Atualmente, o CODESE já está em pleno funcionamento com presidente, vice e diretora executiva, além de um grupo de cinco conselheiros que se reúnem semanalmente para traçar estratégias de desenvolvimento econômico e social para Manaus. O CODESE vem sendo apresentado a representantes de instituições públicas e privadas. Apartidário e apolítico, o conselho já tem definida suas nove câmaras técnicas, que atuam em diversos segmentos, desde a educação ao planejamento urbano de Manaus, bem como sua plenária que é constituída por mais de vinte instituições representativas da sociedade civil organizada.

Sobre o Sidia

Fundado em 2004, o Sidia (Instituto de Desenvolvimento para a Informática da Amazônia) é um centro de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) sediado em Manaus, Amazonas. Responsável por desenvolver aplicações e software embarcado para celulares, tablets, óculos de realidade virtual, realidade aumentada, smartTV, inteligência artificial e criação de games de classe mundial para o mercado local e global. O instituto conta com um time de profissionais formado por pessoas das mais variadas formações intelectuais, culturais e engajadas em inovação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: PETROBRAS APLICA NOVO REAJUSTE NOS PREÇOS DO ASFALTO E DNIT ADIA PROPOSTA DE SOLUÇÃO PARA CONTRATOS DE CONSTRUTORAS

Veículo: CBIC Mais

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

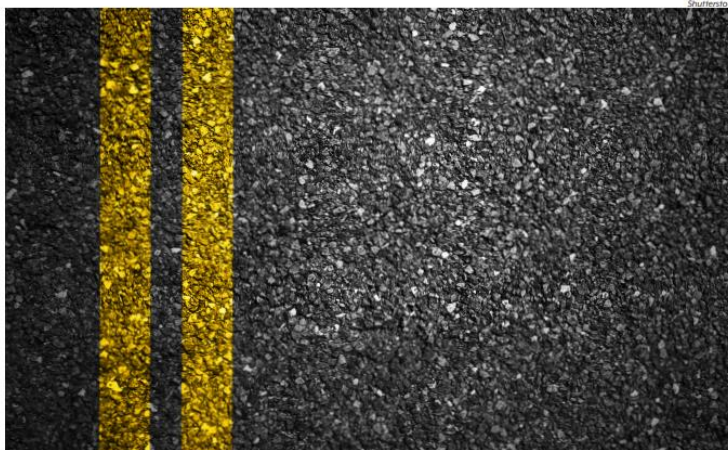
Caderno: Newsletter

Página: on-line

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_164.pdf

PETROBRAS APLICA NOVO REAJUSTE NOS PREÇOS DO ASFALTO E DNIT ADIA PROPOSTA DE SOLUÇÃO PARA CONTRATOS DE CONSTRUTORAS

CBIC, ANEOR E SINICON REJEITAM EXTENSÃO DE PRAZO, DENTRO DO PROCEDIMENTO DE CONCILIAÇÃO, E PODEM SOLICITAR DEFERIMENTO DE PEDIDO DE LIMINAR



Uma combinação de fatores negativos adiou, mais uma vez, uma solução para o impacto dos reajustes nos preços do asfalto sobre a construção civil. Na semana em que a Petrobrás aumentou o preço do asfalto em mais 15%, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) pediu à Justiça extensão de prazo para apresentar uma proposta para o realinhamento dos contratos que atendem a malha rodoviária nacional. A solução seria apresentada em 31/10 e o órgão pede mais 30 dias, frustrando a expectativa das entidades que buscaram no Judiciário uma saída para o impasse que impõe prejuízos irreversíveis para as empresas do setor e compromete a continuidade de obras em andamento. Desencadeada em novembro passado, a

política de reajuste continuado do insumo asfáltico já significa aumento de 75% em um produto que representa 40% dos custos das obras de construção.

"As entidades, ao concordarem com o prazo solicitado pelo DNIT na audiência de conciliação, demonstraram total interesse na construção de uma proposta que viesse a reequilibrar as centenas de contratos hoje semiparalisados. Por isso essa prorrogação de mais 30 dias soa como desinteresse em uma solução negociada, nos conduzindo para a solicitação de liminar de juízo", explica Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), entidade que

busca há nove meses diálogo com o DNIT. Participam desse esforço a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon). Juntas, as três entidades entraram com ação na Justiça Federal em setembro, desencadeando nova tentativa de conciliação.

O aumento nos preços do asfalto impacta pelo menos 400 obras, especialmente de recapeamento, que estão praticamente paralisadas. Sufocadas pelos reajustes, as empresas do setor enfrentam dificuldades para manter o ritmo dos empreendimentos. O DNIT se comprometeu em apresentar uma solução para restabelecer a viabilidade dos contratos durante audiência de conciliação realizada no dia 17 de outubro, na 9ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, onde as entidades entraram com pedido de liminar requerendo solução do problema.

Em petição protocolada ainda dentro do procedimento de conciliação, a CBIC, a Aneor e o Sinicon, declararam total discordância do requerimento apresentado pelo DNIT e rejeitam a extensão de prazo. Segundo o advogado Fernando Vernalha, constituído pelas entidades, mantido o adiamento proposto pelo DNIT e considerando a urgência que o caso exige, as entidades pedirão deferimento de pedido de liminar. "Temos tentado uma solução negociada pela via do diálogo, mas nossas em-

presas não têm mais como absorver os custos impostos pelos reajustes", avisa Carlos Eduardo. "A medida liminar pleiteada que o DNIT promovia a edição de instrução de serviço que apresente em seu conteúdo metodologia de cálculo que, ao ser aplicada aos contratos de rodovias, busque garantir a recomposição integral e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de manutenção rodoviária administrados pela autarquia, efetivamente impactados pela nova política de preços da Petrobrás, visando a restabelecer os prejuízos suportados na sua real e exata dimensão", cita Vernalha.

Ainda de acordo com Carlos Eduardo, o próprio DNIT, em nota técnica, reconhece a onerosidade excessiva que a nova política de preços da Petrobrás tem gerado nos custos dos contratos de construção e manutenção de rodovias favorecendo o risco de sua paralisação. A paralisação ou não conclusão das obras impactarão o patrimônio público e vários segmentos da economia, com destaque para o próprio setor da indústria da construção rodoviária. Trata-se de um prejuízo multibilionário na economia do setor. Para o próprio Departamento, só as obras de conservação rodoviária serão afetadas em 3,1 bilhões de reais. "Quanto desempregados e quantos acidentes em estradas serão precisos para que o governo tome uma providência?", questiona o presidente da COP/CBIC.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Preço dos imóveis residenciais no Brasil cresce 0,10% em setembro

Veículo: AECweb

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Notícias

Página: on-line

Link: https://www.aecweb.com.br/cont/n/preco-dos-imoveis-residenciais-no-brasil-cresce-010-em-setembro_18134

Preço dos imóveis residenciais no Brasil cresce 0,10% em setembro

Texto: Yuri Soares

Resultado puxa aceleração do índice acumulado em 12 meses, que atingiu a marca de 0,60%. Recife foi a única capital em que a queda nos preços dos imóveis se acentuou



No acumulado de 12 meses, apenas Recife (PE), entre as capitais brasileiras, registrou variação acumulada crescentemente negativa (Créditos: Shutterstock/Nessa Gnatoush)

09/11/2018 | 17:06 - O Índice Geral do Mercado Imobiliário Residencial (IGMI-R), medido pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), acelerou em setembro. Com o aumento de 0,10% no **preço dos imóveis residenciais** no mês, o indicador acumulado em 12 meses passou de 0,46% para 0,60%.

Nos últimos 12 meses, apenas Recife (PE), entre as capitais brasileiras, registrou tendência de aceleração da queda de preços (-0,39% em setembro contra -0,12% em agosto). Ainda no acumulado de 12 meses, a cidade de Fortaleza (CE), passou de uma variação negativa em agosto (-0,13%) para positiva em setembro (0,13%). Todas as outras capitais apresentaram aceleração nas suas taxas positivas de crescimento dos preços nominais dos imóveis residenciais.

Sob a perspectiva das variações trimestrais, os números não apresentam aceleração para o Brasil, assim como para a maioria das capitais. Para o Brasil, a variação do terceiro trimestre de 2018 sobre o segundo foi de 0,07%, enquanto que a variação do segundo sobre o primeiro trimestre foi um pouco superior, registrando 0,08%.

De acordo com a Abecip, ao tomar como base a série histórica do IGMI-R em termos trimestrais, a aceleração da recuperação dos preços dos imóveis residenciais, na perspectiva puramente estatística, se torna mais difícil, a partir do último trimestre de 2018.

"Em termos dos fundamentos econômicos, principalmente no que diz respeito aos investimentos, o ambiente ainda é dominado pelos efeitos da incerteza gerada pelo quadro político. Como resultado, a probabilidade de uma aceleração mais forte na retomada dos preços dos imóveis residenciais ainda é pequena no curto prazo", completa o relatório da Abecip.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Reforma trabalhista completa um ano neste domingo

Veículo: Agência Brasil

Data: 11.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: On-line

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/reforma-trabalhista-completa-um-ano-veja-efeitos>

Economia

Reforma trabalhista completa um ano neste domingo

Publicado em 11/11/2018 - 16:51 Por Agência Brasil Brasília*

A reforma trabalhista completa um ano neste domingo. A legislação alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e instituiu novas formas de contratação, como a modalidade de trabalho intermitente e a formalização do teletrabalho.

Outras mudanças foram a demissão por meio de acordo entre empregado e patrão, formalização do teletrabalho, divisão das férias em três períodos e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Geração de empregos

Na época em que entrou em vigor, a expectativa do governo era que a reforma contribuisse para a geração de vagas de emprego e a redução da informalidade.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, desde que a lei passou a vigorar, foram criados mais de 372,7 mil postos de empregos formais em todo país. No mesmo período, foram registradas 47.139 contratações de trabalho intermitente, quando a remuneração é pelas horas trabalhadas.

Para o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Paulo Joarês Vieira, o resultado ficou aquém do esperado. Para ele, a redução do desemprego não se deu pelo ganho de vagas formais, mas pelo ingresso de pessoas no mercado de trabalho informal.

"No setor privado, apenas desconsiderando o setor público e o setor doméstico, o IBGE aponta a perda de 300 mil vagas formais neste período de um ano. Então, o impacto nesse aspecto foi negativo, do nosso ponto de vista", avalia o procurador, que é coordenador nacional de combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do MPT.

Ministério do Trabalho

Na avaliação do Ministério do Trabalho, trabalhadores e empregadores ainda estão se adaptando às novas normas. "Acreditamos que a implantação da Lei 13.467 ainda está em curso, e, talvez, demande mais algum tempo para se consolidar em nosso mercado. No entanto, vemos que a cultura das relações de trabalho está mudando e isso é bom. É um processo gradual", disse o secretário-executivo substituto da pasta, Admilson Moreira dos Santos, em nota publicada no *site* do ministério.

Vieira lembra que algumas das novidades trazidas pela reforma, como o trabalho intermitente, em que o empregador chama o trabalhador de acordo quando necessário, também acabaram não gerando um volume de contratações como imaginado.



Carteira de trabalho - Arquivo/Marcello Casal Jr

"O trabalho intermitente atingiu em torno de 30 mil contratações, o que em comparação com o volume do mercado de trabalho é um número pequeno. Mas, são 30 mil contratos precários em que o trabalhador não tem garantia nem de renda, nem de uma jornada de trabalho", comenta.

Ações na Justiça

Considerando as ações trabalhistas na Justiça, os efeitos da reforma foram mais significativos. Balanço do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostra que em novembro de 2017, quando a lei entrou em vigor, as Varas do Trabalho receberam mais 26,2 mil processos, volume considerado pico naquele ano.

A partir de dezembro de 2017, no entanto, o número de casos novos a cada mês caiu, sendo menor em comparação a todos os meses do ano anterior. De janeiro a setembro de 2017, o número de reclamações trabalhistas alcançou a soma de 2.013.241. De janeiro a setembro deste ano, foram recebidas 1.287.208 ações, o que representa volume menor de aproximadamente 40%.

O estoque de processos pendentes de julgamento também caiu. Em dezembro de 2017, havia 2,4 milhões de processos a espera de decisão das primeiras ou segundas instâncias da Justiça do Trabalho. Em agosto deste ano, o resíduo de processos não julgados era de 1,9 milhão, volume cerca de 20% menor do que o registrado quando a reforma começou a vigorar.

"Até o momento, o principal impacto é a redução do número de reclamações trabalhistas, o que pode ser comprovado pelos dados estatísticos. Paralelamente, houve um aumento de produtividade", disse o presidente do TST e do Conselho Superior do Trabalho (CSJT), ministro Brito Pereira.

O procurador Paulo Vieira pondera, contudo, que a redução no número de ações trabalhistas pode estar relacionada a obstáculos de acesso à Justiça que surgiram com a reforma, que determinou, por exemplo, o pagamento das custas judiciais pela parte que perde a ação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor de máquinas de construção cresce 40%, mas 2019 é incógnita

Veículo: DCI

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Indústria

Página: on-line

Link: <https://www.dci.com.br/industria/setor-de-maquinas-de-construc-o-cresce-40-mas-2019-e-incognita-1.757057>

BENS DE CAPITAL

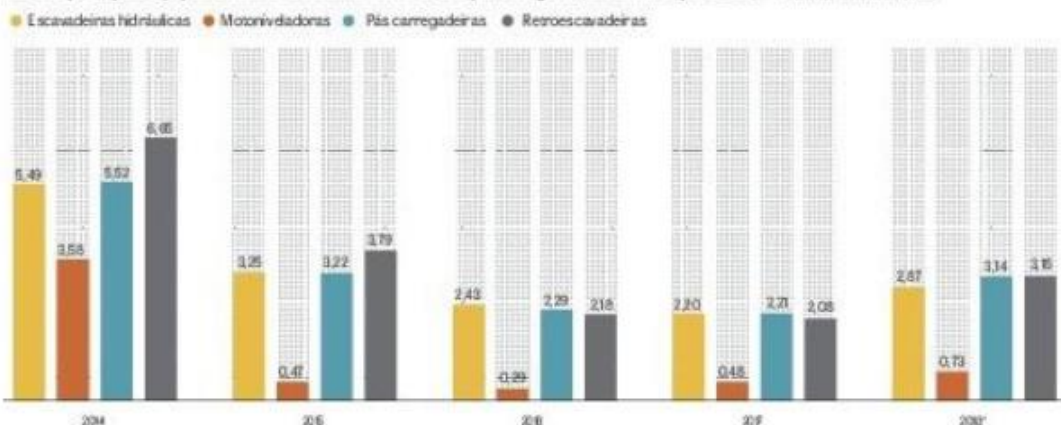


Setor de máquinas de construção cresce 40%, mas 2019 é incógnita

Apesar do avanço, o mercado de movimentação de terra, conhecido como linha amarela, registra ociosidade acima de 60%; reflexos das medidas prometidas pelo governo eleito podem demorar

ILIMITE

das dos principais equipamentos de linha amarela no Brasil, por categoria (incluindo importados) ▶ Em milhares de unidades



MATVIA

FONTE: SOBRISA

FOTO:

JULIANA ESTIGARRÍBIA • SÃO PAULO

Publicado em 09/11/18 às 05:00

A indústria de máquinas de construção finalmente está saindo do vermelho. Neste ano, as vendas da chamada linha amarela (movimentação de terra) devem crescer 40% sobre 2017. Contudo, as perspectivas para 2019 ainda são uma incógnita.

A Sobratema, associação que reúne os fabricantes de máquinas de construção, trabalha com dois cenários para o ano que vem. O primeiro deles considera que 2019 será um período de ajustes das contas públicas, o que deve dificultar as vendas da linha amarela. Diante dessa expectativa, as vendas podem recuar 3% sobre 2018, para 11,28 mil unidades.

Já o cenário mais otimista, aposta mais forte da Sobratema para o período, contempla um crescimento de 3% das vendas, para 12,01 mil máquinas, com a melhora da economia e da confiança do mercado. "Sobretudo no primeiro ano do novo governo, as vendas da indústria vão subir a uma velocidade menor", afirmou ao **DCI** o vice-presidente da Sobratema, Eurimilson Daniel.

No entanto, seja qual for o cenário, a indústria ainda terá que operar sob uma forte ociosidade. Segundo o dirigente, em 2013 o setor emplacou quase 30 mil unidades. Ele explica que, nesta conjuntura, muitas empresas estão trabalhando com margens comprimidas. "Em algumas categorias, não houve reajuste nos últimos anos."



Tempestade

O dirigente da Sobratema analisa que a tempestade no setor de máquinas de construção parece ter passado. Depois da chegada de diversos players internacionais ao País, de olho no potencial do mercado brasileiro – que ficou conhecido como um “um grande canteiro de obras” –, a indústria registrou recorde de vendas em meados de 2013.

Porém, com o início dos sinais da crise econômica que o Brasil viria a passar, por volta de 2014, principalmente os segmentos da construção civil e de obras de infraestrutura sofreram queda gradual da demanda, atingindo em cheio as montadoras de linha amarela.

“Antes, a idade média das máquinas girava em torno de três anos. Hoje, seguramente, supera cinco anos”, destaca Daniel. Com isso, o parque brasileiro ficou envelhecido, o que pode em parte beneficiar a indústria. “As máquinas depreciam e o custo começa a ficar muito alto. Esperamos que haja um movimento de renovação da frota”, esclarece.

O mercado ainda conta com a sinalização da equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro de impulsionar concessões e privatizações, o que pode se traduzir em demanda adicional para as montadoras. “Estamos muito otimistas. Em 2018, tivemos um crescimento importante e já registramos investimentos por parte das empresas, o que mostra confiança das marcas no mercado brasileiro.” Ele acrescenta que este é o momento para fazer negócios, já que diante da perspectiva de retomada, as montadoras devem readequar a tabela de preços no ano que vem. “As margens das empresas estão muito defasadas e no momento da retomada, haverá reajustes”, pondera.

Daniel observa que devido à retração das obras de infraestrutura e da construção civil, muitos fabricantes se voltaram para outros mercados, principalmente o agronegócio. Prova disso é que na maior feira do setor neste ano, a Agrishow, as marcas prepararam ações específicas para conquistar os clientes do campo.

“As motoniveladoras, por exemplo, são usadas amplamente na pavimentação de rodovias. Mas, com o marasmo do segmento, diversas montadoras venderam esse tipo de máquina para o cultivo de cana-de-açúcar”, esclarece Daniel. Já as miniescavadeiras, de menor porte, conseguem ser mais versáteis, sendo utilizadas da construção ao agronegócio. “As duas categorias tiveram crescimento acima de 50%, em volumes, neste ano.”

Daniel acrescenta que a expansão da economia deve favorecer o setor. “Inclusive trazendo um crescimento mais espreado das categorias.”



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: O VALOR GERADO PELO COMPLIANCE E PELA ÉTICA NAS ENTIDADES

Veículo: CBIC Mais

Data: 09.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: on-line

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_164.pdf

O VALOR GERADO PELO COMPLIANCE E PELA ÉTICA NAS ENTIDADES

FÁBIO RISÉRIO, da empresa Além das Palavras, é consultor da CBIC no Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance para entidades do setor da construção

Divulgação



Por que implementar um Programa de Compliance na sua entidade? Quais são os benefícios que esse programa trará para a sua entidade?

Fizemos essas duas perguntas para os representantes das entidades que estão participando do Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance.

Uma iniciativa do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da CBIC, com a correalização do Sesi Nacional, o Programa tem como objetivo instrumentalizar as entidades para que possam dar suporte aos empresários do setor na gestão da ética em suas organizações.

Doze entidades participam do programa, cinco ingressaram no primeiro semestre de 2018 (Seconci-Rio; Sinduscon-CE, Sinduscon-MA, Sinduscon-Rio e Sinduscon-RS) e sete no segundo semestre (Seconci-GO, Sinduscon-AL, Sinduscon-AM, Sinduscon-DF, Sinduscon-Joinville, Sinduscon-GO e Sinduscon-PA).

Os objetivos das perguntas feitas aos representantes foi descobrir os principais motivos do interesse na implementação de um Programa de Ética e Compliance e quais as vantagens práticas geradas por essa implan-

tação na visão dos entrevistados.

Nesse sentido, organizamos as respostas obtidas em 7 temas que serão apresentados a seguir:

1. Retenção e atração de associados

As empresas do setor da indústria da construção querem se relacionar com entidades sólidas, com baixas chances de se envolverem em escândalos, que tenham as suas operações em conformidade com a lei, não o contrário. A implementação do Programa de Compliance permite que a entidade tenha à sua disposição ferramentas que podem ser utilizadas para que as operações se dêem de acordo com as normas vigentes e aplicáveis. Em outras palavras, a implementação de ética e compliance é uma sólida e eficaz sinalização ao mercado sobre as práticas da entidade. Entre uma entidade que adota um efetivo programa de Compliance e outra que não, certamente as chances de reter e atrair novos associados são maiores para a primeira do que para a segunda.

2. Identificação de riscos e antecipação de problemas

Uma entidade não consegue ter governança e gestão sustentável se os riscos aos quais a organização está exposta não são conhecidos. Uma entidade não consegue gerenciar seus riscos se não pode identificá-los. A identificação de riscos é a primeira medida para mitigá-los. Quando da implementação de um Programa de Compliance, a primeira atividade é a identificação de riscos. Com a identificação dos riscos, têm-se a possibilidade de preparar soluções para as possíveis situações que podem gerar a responsabilização da entidade e de seus dirigentes. Aliás, não basta a simples identificação dos riscos envolvidos nas atividades, deve-se elaborar e implementar um plano de ação para mitigação/remediação desses e, ainda, promover a revisão, no mínimo anual, desses riscos, o que é parte essencial do sucesso de uma atividade empresarial.

3. Geração de oportunidades de negócios

É cada vez mais comum, em qualquer mercado, empresas com Programas de Compliance implementados quererem se relacionar apenas com organizações que

também mantêm Programas de Compliance efetivos. A existência de um Programa de Compliance efetivo passa a ser um dos critérios para selecionar parceiros de negócios, como fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados e também entidades de classe. Logo, a entidade que tem um Programa de Compliance efetivo tem uma vantagem competitiva e, ao fazer negócios, terá mais chances de ser escolhida por outras organizações que atuam em conformidade com as normas aplicáveis.

4. Sustentabilidade das atividades

A sustentabilidade das atividades de uma entidade somente será possível com o cumprimento das leis. Os "atalhos" podem ser benéficos no curto prazo, mas expõem a entidade a riscos de tamanho tal que as suas atividades podem ficar comprometidas. No Brasil de hoje, há diversos exemplos de organizações que tiveram práticas empresariais em desconformidade com a lei e que, conseqüentemente, encerraram suas atividades. Cumprir com as normas de forma sistemática certamente não evita a ocorrência de desvios éticos e ações ilegais, mas diminui as chances de ocorrência, uma vez que tal comportamento passará a ser atos isolados na entidade, não a forma de fazer gestão.

5. Criação de uma cultura ética

Quando os colaboradores de uma entidade são treinados em ética e compliance, eles passam a ter a capacidade de enxergar desvios dentro e fora da entidade. Isso significa que os colaboradores da entidade passam a enxergar desvios das empresas associadas, dos parceiros, de fornecedores, de prestadores de serviços e, até mesmo, de seus colegas de trabalho. Essa capacitação dos colaboradores contribui decisivamente para a mitigação de riscos de exposição para a entidade, fomentando um ambiente ético e saudável na execução de negócios.

6. Limitação de responsabilidade por atos de terceiros

Saber quem é o parceiro que se relaciona com a entidade, como atua, se cumpre ou não com as leis, por exemplo, é essencial para entrar em uma relação comercial ou manter uma parceria com o mesmo. Acompanhar as atividades exercidas por fornecedores e prestadores de serviços é uma das atividades de um Programa de Compliance. As atitudes de um terceiro poderão colocar em risco a reputação da entidade. Especificamente em relação à Lei Anticorrupção brasileira (lei 12.846/13), os atos do terceiro em benefício do contratante são suficientes para implicar o contratante em ilícitos administrativos, vez que a responsabilidade

da pessoa jurídica é objetiva (independente de culpa), pelos termos da referida lei. Logo, manter um Programa de Compliance efetivo, em que o acompanhamento dos terceiros é feito com efetividade e regularidade, pode significar, sem dúvida, limitação da responsabilidade da entidade pelo desvio cometido pelo terceiro.

7. Atuação na remediação

Uma entidade deve estar preparada para atuar em medidas preventivas de desvios éticos e ilegais, como a identificação de riscos e antecipação de problemas, mas também, deve estar preparada para medidas de remediação de possíveis desvios cometidos. Um Programa de Compliance efetivo trata uma situação de pós-desvio, com planos de ação, com treinamentos, com revisão de políticas e procedimentos. A situação pós-desvio exige uma agenda positiva para que o fato ocorrido tenha o seu impacto reduzido, cuidando-se adequadamente da imagem e da reputação da entidade.

Conclusão

A participação e o engajamento das entidades participantes no Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance tem gerado uma experiência rica de inteligência coletiva que contribui para o amadurecimento da ética e compliance no universo das entidades da indústria da construção.

Ficou claro nas respostas dos representantes das entidades o valor agregado que a implementação de um Programa de Compliance traz para uma entidade, valores esses que estão vinculados, sobretudo a redução de riscos e oportunidades de negócios.

Numa avaliação financeira, o Programa de Compliance numa entidade reduz custos e riscos, aumenta a retenção dos associados e atrai novos, além de aumentar a sustentabilidade das suas operações.

Espera-se que, assim como as entidades que estão participando atualmente do Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance promovido pelo FASC/CBIC em correalização com o SESI Nacional, outras entidades descubram as vantagens que a implementação do Programa de Compliance traz para as suas atividades. E mais, espera-se que os 7 temas aqui apresentados, possam servir de inspiração e orientação para a implementação da ética e compliance nas entidades da indústria da construção. Gerando retorno para a entidade, para o setor e para a sociedade como um todo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Em um ano da reforma trabalhista, intermitentes são 10% dos empregos

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 12.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 13

Em um ano da reforma trabalhista, intermitentes são 10% dos empregos

Ocupações Segundo levantamento da FecomercioSP, realizado com dados do Caged, 35,8 mil contratos foram possibilitados, no País, pelas novas modalidades de trabalho aprovadas, no ano passado

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br

São Paulo

Um levantamento realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, aponta que 10% dos empregos com carteira assinada criados no País, entre novembro de 2017 e setembro de 2018, correspondem a postos de trabalhos intermitente e parcial. Essas modalidades foram incorporadas ao mercado de trabalho pela Reforma Trabalhista, que completa um ano neste domingo, 11 de novembro.

Em números absolutos, existe um saldo de 372.748 vagas formais geradas no período. Dessas, 23.758 foram empregos celetistas de trabalho intermitente, e 12.138, de jornada parcial. Isso significa que 35.896 novos contratos foram possibilitados pela reforma trabalhista.

Segundo a assessoria econômica da Federação, apesar do percentual parecer tímido, já se nota utilidade e aplicação



Demanda Segundo a FecomercioSP, há interesse de empresários e empregados nas novas modalidades de contratação

prática às novas propostas da reforma trabalhista. Os números do Caged mostram que houve e há interesse de empresários e empregados nas novas modalidades de contratação, mas um ano ainda é pouco tempo para o mercado se adaptar a alterações tão significativas.

Essa realidade era esperada pela FecomercioSP, que sempre defendeu o quanto a modernização da legislação trabalhista seria parte de um proces-

so de melhoria do ambiente de negócios da relação entre capital e trabalho, apesar de não ser solução definitiva ao processo de desemprego no País. Para a entidade, a reforma trabalhista disponibilizou entre empregadores e empregados regras mais claras, modernas e flexíveis, o que possibilitou sua aplicação na prática.

A Federação reforça que ainda há grande espaço para crescimento e maior utilização das novas regras, sejam de

tipos de contrato de trabalho, sejam possibilidades de desligamentos, como as de comum acordo entre as partes.

O trabalho intermitente é uma modalidade em que as partes estabelecem um contrato que deve ser firmado por escrito e registrado na carteira de trabalho, com detalhes sobre o local e o prazo para pagamento da remuneração. O trabalhador deve ser convocado com três dias corridos de antecedência e tem 24 horas para

responder ao chamado.

As novas regras determinam, ainda, que o período de inatividade não será remunerado ou considerado tempo à disposição do empregador. Com isso, o trabalhador poderá, quando não convocado, trabalhar para outros empregadores, independentemente de serem do mesmo ramo de atividade. Um ano depois da última convocação ou do último dia de serviço prestado, se não houver contato entre as partes, o contrato de trabalho será rescindido.

Em relação aos direitos, a FecomercioSP explica que o trabalhador tem assegurados todos aqueles garantidos pela Constituição Federal. Ademais, o valor da hora não pode ser inferior ao pago aos demais empregados que exerçam a mesma função, tampouco ao valor por hora do salário mínimo. O adicional noturno, se a jornada for realizada nesse horário, também é obrigatório.

Já o trabalho em regime de tempo parcial se define como a jornada cuja duração não exceda 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a 26 horas mensais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa oferece condições diferenciadas de crédito para as microempresas

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 12.11.18

Caderno: Economia

Página: 15

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caixa oferece condições diferenciadas de crédito para as microempresas

Facilidades Para capital de giro, pagamento de 13º e Crédito Especial Caixa foram disponibilizadas taxas de juros a partir de 0,83% ao mês, como parte das ações da Semana Nacional do Crédito

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A Caixa participa, durante todo o mês de novembro, da Semana Nacional de Crédito, evento voltado para atendimento das micro e pequenas empresas. Serão disponibilizadas ofertas nas linhas de capital de giro e pagamento de 13º, de contratação de crédito para necessidades urgentes, de ampliação do negócio, além de facilidades para pagamento de dívidas com o banco.

Para capital de giro, pagamento de 13º e Crédito Especial Caixa foram disponi-

bilizadas taxas de juros a partir de 0,83% ao mês. Na modalidade voltada para investimento e ampliação do negócio, é possível contratar com até um ano de carência. Além disso, os empresários contarão com facilidades na renegociação de dívidas, com dispensa dos juros de até duas parcelas que estejam em atraso.

Segundo o vice-presidente de Clientes, Negócios e Transformação Digital, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, a participação da Caixa no evento reforça a imagem do banco como principal parceiro das micro e pequenas empresas. "Será ofertado aos micro e pequenos empresários um pacote completo de



Parcelamentos Empresários terão facilidades de renegociação com a Caixa

atendimento, que inclui desde condições especiais para contratação de crédito e regularização de dívidas até oficinas sobre gestão finan-

ceira do negócio", explica.

A Semana Nacional de Crédito reúne as principais instituições financeiras do País e órgãos como o Sebrae, a

Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de prestar atendimento qualificado aos micro e pequenos empresários, tanto por meio da oferta de condições diferenciadas para contratação de crédito e regularização de dívidas quanto por meio de seminários e oficinas sobre como fazer uma gestão eficiente nas empresas.

A Semana Nacional do Crédito foi concebida no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a formulação da política nacional de apoio e desenvolvimento das MPE, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação.

Mais notícias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 164](#)

Valor Econômico

[Fundos imobiliários: por que são promissores no pós-eleição](#)

Folha de S. Paulo

[IBGE revisa desempenho do PIB de 2016 e queda passa de 3,5% para 3,3%](#)

AGENDA

Novembro

22 | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

NATIONAL SEMINAR OF
CONSTRUCTION AND
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

às 08h
22/NOV

**PARTICIPE DO
MAIOR EVENTO
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,
no Centro de Exposições Pro Magno
em **São Paulo - SP**

